

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 50/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 10.º dos Estatutos da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 116/92, de 20 de Junho, conjugado com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, os membros do respectivo conselho de gerência são nomeados e exonerados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área dos transportes.

Os actuais membros do conselho de gerência da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., foram nomeados nos termos das resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 103/2004, de 24 de Setembro, e 73/2005, de 17 de Novembro.

Entretanto, um dos vogais do conselho de gerência da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., apresentou o pedido de renúncia ao respectivo mandato.

Assim:

Ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., e nos termos das alíneas d) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Exonerar, a seu pedido, o licenciado Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas do cargo de vogal do conselho de gerência da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação, cessando igualmente a situação de requisição do ora exonerado.

20 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução n.º 51/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2001, de 17 de Abril, e 50/2004, de 10 de Março, o governador e os demais membros do conselho de administração do Banco de Portugal são nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças.

Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, os membros do conselho de administração exercem as suas funções por períodos de cinco anos, renováveis.

Quatro dos actuais seis membros do conselho de administração do Banco de Portugal foram nomeados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 30-A/2000 (2.ª série), de 21 de Fevereiro.

Nos termos do n.º 3 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, considera-se termo do período de cinco anos de exercício de funções a data da aprovação das contas do último exercício iniciado durante esse período.

No caso dos referidos quatro membros do conselho de administração do Banco de Portugal, as contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 — último exercício iniciado durante o período de cinco anos de exercício de funções — foram aprovadas em 26 de Abril de 2006.

Assim:

Ao abrigo do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2001, de 17 de Abril, e 50/2004, de 10 de Março, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Renovar, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, o mandato do licenciado Vítor Manuel Ribeiro Constâncio no cargo de governador do Banco de Portugal e os mandatos do Prof. Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião e do licenciado Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa nos cargos de administradores do Banco de Portugal.

2 — Nomear, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, o Prof. Doutor Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves no cargo de vice-governador do Banco de Portugal.

3 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação, com excepção do disposto no número anterior, que produz efeitos apenas à data da tomada de posse do nomeado.

27 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução n.º 52/2006 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 2 e 6 do artigo 21.º dos Estatutos do ICP — Autoridade Nacional das Comunicações (ICP — ANACOM), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, os membros do conselho de administração

são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das comunicações, para um mandato de cinco anos, não renovável.

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2004 (2.ª série), de 28 de Setembro, o Governo procedeu à nomeação do Prof. Doutor Pedro Duarte Neves no cargo de presidente do conselho de administração do ICP — ANACOM.

Entretanto, o Prof. Doutor Pedro Duarte Neves solicitou ao membro do Governo responsável pela área das comunicações a exoneração do cargo para o qual havia sido nomeado, pelo que cumpre decidir sobre o referido pedido de exoneração, assegurando, no entanto, a continuidade do exercício das referidas funções até à nomeação de novo presidente daquela entidade reguladora.

Assim:

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 6 do artigo 21.º dos Estatutos do ICP — ANACOM, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de Dezembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Exonerar, a seu pedido, o Prof. Doutor Pedro Duarte Neves do cargo de presidente do conselho de administração do ICP — ANACOM.

2 — Determinar que a exoneração a que se refere o número anterior produz efeitos a partir da nomeação do novo presidente do conselho de administração do ICP — ANACOM.

27 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Instituto do Desporto de Portugal

Contrato n.º 687/2006. — *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 15/2006 — eventos desportivos internacionais.* — De acordo com os artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre:

- 1) O Instituto do Desporto de Portugal, pessoa colectiva de direito público, com sede na Avenida do Infante Santo, 76, 1399-032 Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva 506626466, aqui representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de presidente da direcção, adiante designado como IDP ou primeiro outorgante; e
- 2) A Federação Portuguesa de Voleibol, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Avenida de França, 549, 4050-279 Porto, número de identificação de pessoa colectiva 501982060, aqui representada por Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, na qualidade de presidente, adiante designada por Federação ou segundo outorgante;

um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira que se destina à organização pelo segundo outorgante do evento desportivo internacional designado por Open de Portugal 2006 — Masculino, que se realizará em Portugal, em Espinho, de 11 a 16 de Junho, conforme proposta apresentada pela Federação ao IDP.

Cláusula 2.ª

Período de execução do evento

O prazo de execução do evento objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato termina em 31 de Dezembro de 2006.

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — Para a organização do evento desportivo referido na cláusula 1.ª, com o custo de referência de € 328 183, constante da proposta apresentada pela Federação, é concedida pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante uma comparticipação financeira até ao valor de € 50 000, correspondente a 15,24% do referido custo.

2 — Caso o custo efectivo da organização do evento desportivo se revelar inferior ao custo de referência indicado no n.º 1 da presente cláusula, a comparticipação financeira a atribuir ao segundo outorgante será reduzida, aplicando-se ao custo efectivo do evento a percentagem definida no n.º 1 da presente cláusula.